



O acesso, a permanência e a conclusão de cursos na Universidade: O que dizem os estudantes indígenas?

*Access, permanence and completion of courses at University:
What indigenous students say?*

*Acceso, permanencia y finalización de cursos en la universidad:
¿Lo que dicen los estudiantes indígenas?*

Aparecida Sousa dos Santos¹
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Fátima Cristina D. F. Cunha²
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Dossiê

RESUMO

Esta pesquisa centrou-se no estudo dos modos de acesso, de permanência e da conclusão de cursos na universidade, com objetivo compreender o que dizem os estudantes Terena sobre sua vivência no espaço universitário. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Inspira-se na análise das informações advindas das vozes de estudantes indígenas, sobre os processos vividos na universidade. Ancoramos nos autores pós-colonialistas como, Brand, Calderoni (2012) que dão sustentação teórica a esta discussão. Com os dizeres dos entrevistados pode-se afirmar que são muitos os desafios advindos dessa relação intercultural. Conclusões provisórias indicam que há necessidade de se construir um diálogo intercultural na universidade investigada, visto que as falas apontam que este ainda não acontece. Entendemos que as universidades ao receberem, ao incluírem os estudantes indígenas precisam pautar suas políticas em busca de um diálogo com as epistemologias indígenas. Seus saberes devem ser pautados nos currículos das IES de forma contextualizada. Apontamos para importância do diálogo intercultural, como ele, teremos relações democráticas e respeito a alteridade dos povos indígenas.

Palavras-chave: Estudantes Indígenas; Educação Superior; Acesso e Permanência.

¹ Mestranda em Educação, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Possui graduação em pedagogia, Especialização em psicopedagogia clínica e institucional, Especialização em Relações étnico-raciais, gênero e diferenças no contexto do ensino da história, Especialização em Educação Especial. Já atuou como professora voluntária e professora substituta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). <https://orcid.org/0000-0001-9808-510X>. Email: aparecidapolini@hotmail.com

² Pós Doutoranda em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), linha III, Diversidade Cultural e Educação Indígena, Doutora pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto – Portugal, bolsista do Programa Erasmus Mundus, professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana. Trabalha com projetos na Educação Indígena Terena e questões étnico raciais. Graduada em Pedagogia e Filosofia. Possui Especialização em Planejamento Educacional e Mestrado em Educação. <https://orcid.org/0000-0001-8711-7874>. Email: facdf@hotmail.com.



ABSTRACT

This research focused on the study of the ways of access, permanence and the conclusion of courses at the university, aiming to understand what Terena students say about their experience in the university space. It is a qualitative research, with methodological procedures, bibliographic review and semi-structured interviews. It is inspired by the analysis of information from the voices of indigenous students, about the processes experienced at the university. We anchor in post-colonialist authors such as Brand, Calderoni (2012) who give theoretical support to this discussion. With the statements of the interviewees, it can be said that there are many challenges arising from this intercultural relationship. Provisional conclusions indicate that there is a need to build an intercultural dialogue at the investigated university, as the statements point out that this has not yet happened. We understand that universities, when receiving, when including indigenous students need to guide their policies in search of a dialogue with indigenous epistemologies. Their knowledge must be based on the IES curricula in a contextualized way. We point to the importance of intercultural dialogue, like him, we will have democratic relations and respect for the otherness of indigenous peoples.

Keywords: Indigenous Students; College Education; Access and Permanence.

RESUMEN

Esta investigación se centró en el estudio de las formas de acceso, permanencia y conclusión de los cursos en la universidad, con el objetivo de comprender lo que dicen los estudiantes de Terena sobre su experiencia en el espacio universitario. Es una investigación cualitativa, con procedimientos metodológicos, revisión bibliográfica y entrevistas semiestructuradas. Se inspira en el análisis de información de las voces de los estudiantes indígenas, sobre los procesos vividos en la universidad. Nos anclamos en autores pos colonialistas como Brand, Calderoni (2012) que dan soporte teórico a esta discusión. Con las declaraciones de los entrevistados, se puede decir que son muchos los desafíos que surgen de esta relación intercultural. Las conclusiones provisionales indican que existe la necesidad de construir un diálogo intercultural en la universidad investigada, ya que las declaraciones señalan que esto aún no ha sucedido. Entendemos que las universidades, al recibir, al incluir estudiantes indígenas, necesitan orientar sus políticas en busca de un diálogo con las epistemologías indígenas. Su conocimiento debe basarse en los planes de estudio de las IES de forma contextualizada. Señalamos la importancia del diálogo intercultural, como él, tendremos relaciones democráticas y respeto por la alteridad de los pueblos indígenas.

Palabras-clave: Estudiantes Indígenas; Educación Universitaria; Acceso y Permanencia.

Introdução

São perceptíveis e consideráveis as mudanças que ocorreram a partir da Constituição Federal de 1988³, fazendo surgir políticas públicas afirmativas, consequentemente um aumento substancial da presença de estudantes indígenas⁴ em universidades brasileiras. Contudo, mesmo com a contribuição e ampliação da oferta de educação superior a esta parcela da população brasileira que por muito tempo ficou subalternizada, excluída do projeto

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

⁴ Utilizamos a expressão índio ou povos indígenas neste trabalho para nos referir aos indivíduos dos vários grupos étnicos “nativos” brasileiros, cientes das ambiguidades desta denominação. Acorados em Oliveira (2003, p.27) argumentamos que, ao tentar “substituí-la nesse momento implicaria uma outra invenção”. Afirmamos com o autor “Reconheço que é uma denominação comprometida com determinado olhar e que cada grupo dessa etnia tem características culturais próprias, como cada um de seus membros tem especificidades individuais” (OLIVEIRA, 2003, p.27)

societal brasileiro, é perceptível que as marcas da colonização estão presentes no espaço universitário.

Numa perspectiva intercultural há a interação intencional entre as culturas diferentes. A ênfase na relação intencional entre sujeitos de diferentes culturas constitui o traço característico da relação intercultural (FEURI, 2001). Entendemos que marcas da colonização tem sido um impeditivo de interação cultural nas IES.

Após mais de cinco séculos do primeiro contato com a chegada dos povos ocidentais a grande maioria dos brasileiros desconhece a grande diversidade e diferença de povos indígenas que vivem no Brasil. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), atualmente encontra-se no território brasileiro 896.917 de pessoas que se declararam indígenas. Mato Grosso do Sul (CENSO/IBGE, 2010)⁵ concentra atualmente a segunda maior população indígena do país, estimada em 73.295 mil pessoas.

Na perspectiva do colonial e do decolonial, nos reportamos a fala de Walsh (2016, p. 65), quando a autora expõe suas preocupações teóricas e práticas, pois foi através de momentos sociopolíticos com comunidades da América que lutam “tanto contra a matriz do poder colonial vigente, quanto por condições de vida, conhecimento e ser diferentes, que a descolonização, a decolonialidade e o decolonial se tornaram significativos”, percebemos nas comunidades indígenas que sua condição de vida, seus conhecimentos e pelo fato de ser diferente, ainda estão relacionados ao poder colonial, apesar dos anos que se passaram pelo processo de descolonização.

De acordo com Walsh (2016, p.70), brechas poderão “por ventura” aparecer e elas denotam uma abertura ou início, elas podem, como as flores brotar, florescer e crescer. Assim, os frequentadores das universidades, principalmente em nossa região, os da etnia Terena, poderão aparecer devagar e se impor, poderão brotar, florescer e crescer.

Em Aquidauana, onde objetivamos analisar as questões que envolvem o acesso a permanência e a conclusão de curso dos estudantes indígenas na Universidade Federal de Aquidauana, segundo dados do CENSO/IBGE (2010)⁶ possui uma população indígena estimada em 5.714 pessoas, no campus da universidade ao qual realizamos este caminho

⁵ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 20 fevereiro. 2019.

⁶ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro. 2019.



investigativo, observa-se que não há dados preciso sobre a presença indígena neste espaço universitário, o que torna relevante e tão sedutora esta pesquisa, visto que há uma população indígena considerável que por conta do processo colonizadores precisam encontrar outras formas de sustentabilidade.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica, documental, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Se inspira na análise das informações advindas das vozes de estudantes indígenas.

Objetivamos problematizar o ingresso, a permanência e a conclusão dos cursos por entender que há outros dizeres como a dos povos indígenas que precisam ser ouvidos e legitimados, percebendo que sua presença no espaço universitário pode permitir reflexões epistêmicas e deslocamentos no currículo da educação superior, construindo assim uma possibilidade de diálogo intercultural no espaço universitário.

1. Políticas públicas para o acesso, a permanência e a conclusão de cursos

Se tratando de políticas públicas para os povos indígenas, mais precisamente sobre a educação formal, podemos citar o art. 210, da Constituição Federal de 1988 que assegura aos povos indígenas a utilização de suas línguas maternas e o processo próprio de aprendizagem. No art. 215, da nossa Carta Magna consta que o estado protegerá as manifestações da cultura indígena. Assim versa o artigo art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Em seus incisos:

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (BRASIL, 1988).

Outro artigo relevante da CF 1988 é o art. 242. Este institui que “O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta constituição, que não sejam total ou

preponderantemente mantidas com recursos públicos”. Em seu inciso 1º delibera que, “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, Lei nº 9.394/96, em seu art. 78, preceitua que o “Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrantes de ensino e pesquisa, para a oferta de educação bilíngue intercultural aos povos indígenas”, visando:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (BRASIL, 1996).

Trata-se de uma determinação legal, mas nem sempre ocorre a produção de material didático específico e diferenciado, destinado às escolas indígenas com o apoio da União e do estado. O art. 79 da LDBEN, determina que a “União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa”. Igualmente estabelece que:

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.
§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:
I - Fortalecer as práticas socioculturais (sic) e a língua materna de cada comunidade indígena;
II - Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
IV - Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.
§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais (BRASIL, 1998).



Se tratando de políticas públicas voltadas para a educação superior para os povos indígenas logo após as determinações legais da CF/1988 e LDBEN/1996, em nível nacional, percebe-se que estas vêm em primeiro momento para atender as demandas das escolas indígenas, fruto das legislações supracitadas. Num documento orientador elaborado pelo MEC: “Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola”, encontramos diretrizes que direcionam ações para as comunidades indígenas quando se lê que,

As ações de formação de professores indígenas em nível superior, bem como as focadas no acesso, permanência com sucesso e relevância cultural para estudantes indígenas em cursos universitários, com os investimentos financeiros implicados, está sendo construídas com a Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC).

Neste momento nos parece que as políticas públicas se voltam no sentido de atender a formação de professores multiculturais e multilíngues tendo a intencionalidade que estes retornem as suas comunidades e tornem professores nas escolas indígenas. Tais demandas vêm se expandindo e hoje nota-se um número considerável de estudantes indígenas em cursos não específicos.

Cabe-nos destacar sobre as propostas de educação superior, advindas dos povos indígenas, podemos citar a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, I CONEEI (2009)⁷, sob a responsabilidade do MEC, em parceria com a Fundação Nacional do Índio, FUNAI e o Conselho Nacional de Secretários de Educação, CONSEED. No referido documento, na parte 3, letra E – Das modalidades de ensino na Educação Escolar Indígena, deparamos com recomendações relativas ao tema da educação superior. Destacamos:

1. O MEC e CNE devem iniciar processo de elaboração das diretrizes para educação superior indígena, contando com ampla participação dos povos e associações indígenas, assegurando, na educação superior, o diálogo entre os conhecimentos indígenas e não-indígenas.
2. Que as Instituições Públicas de Ensino Superior sejam estimuladas e financiadas pelo MEC para implantar, além das licenciaturas, cursos específicos e diferenciados nas diferentes áreas de conhecimento.

⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10100-deliberacoes-da-conferencia-nacional-de-educacao-escolar-indigena-coneei&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

3. Que a criação de cursos aconteça a partir de diagnóstico feito nas comunidades indígenas, garantindo a participação das mesmas, inclusive, na definição de critérios para os processos seletivos diferenciados, de modo a atender às suas demandas, estimulando a ampliação de meios de ingresso e permanência de alunos indígenas em seus cursos por meio de programas de apoio pedagógico e bolsas de estudo com valores condizentes com a realidade das cidades visando a conclusão dos mesmos.
4. Que sejam garantidos espaços físicos e políticos nas instituições públicas para criação e manutenção dos cursos.
5. Que estes cursos possam ser oferecidos também dentro dos territórios indígenas.
6. Criação, pelas Universidades, de programas específicos de pesquisa, extensão e pós-graduação para professores e estudantes indígenas em todos os cursos com socialização dos resultados das pesquisas para as comunidades. (CONEEI, 2009. p.09).

De acordo com Brand, Calderoni, (2012), Mato Grosso do Sul foi o primeiro estado a ofertar vagas especificamente para indígenas pela implantação da política de cotas através da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, através da Lei Estadual nº 2589. Destacamos que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul estabeleceu a reserva de 10% das vagas em todos os cursos para indígenas.

Na UFMS, Campus de Aquidauana, se tratando de educação superior com políticas públicas específicas para os povos indígenas, segundo informação do coordenador do Campos de Aquidauana/Universidade Federal Mato Grosso do Sul⁸, os processos de divulgação da UFMS/Aquidauana aos indígenas estão sempre atrelados às ações e eventos que ofertamos, tais como Rede Saberes, Saberes Indígenas e Licenciatura Indígena – PROLIND. E há um ensino a distância, extensão, formal, não formal.

A ação ofertada no Campus de Aquidauana é a Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal sendo o ingresso é realizado por meio de vestibular. Há alguma particularidade no ingresso dos povos indígenas como prova diferenciada ou prioridade para descendência indígena. No caso da Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal são realizadas provas específicas, voltadas para a realidade dessas comunidades com prioridade para descendência indígena pelo sistema de cotas das universidades federais.

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal, é oferecido para professores indígenas das outras 07 (sete) etnias do estado, provenientes de 10 (dez)

⁸ Excerto em Diário de Campo (2018).



municípios, sendo eles: Aquidauana, Anastácio, Brasilândia, Campo Grande, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho e Sidrolândia.

Nos últimos anos, os números de ingressantes e também de concluintes de cursos regulares e específico da UFMS/Aquidauana tem sido significante. A exemplo, em 2015 tivemos colação de grau da primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal, com 102 graduados. Não computando os formados nos demais cursos ofertamos pelo Campos de Aquidauana, pois não encontramos dados que apontem qual é o número exato de graduados a cada ano os cursos ofertados pela UFMS/Aquidauana.

Se tratando das atuais formas de ingresso para os povos indígenas nos cursos ofertados, tanto de graduação como na formação continuada ou programas/projetos de extensão para o ingresso nos cursos de graduação, na pesquisa documental percebemos que estas ocorrem de duas formas: A Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal, com ingresso por vestibular específico para o curso com prioridade para professores indígenas em sala de aula e indígenas portadores de ensino médio com o limite de 120 vagas específico para os povos do pantanal, neste caso, os Terena, Kadweu, Kinikinau, Atikum, Ofaye, Guató e Camba. Outra forma são os Cursos regulares – ingresso pelo SISU com cotas para os povos indígenas. Há programas e projetos de extensão – como colaboradores que objetivam atender exclusivamente a comunidade indígena da região de Aquidauana. Há também outros Projetos, como o Rede Saberes que são administrados por pesquisadores de outros setores da UFMS.

Destacamos que no curso regular de pedagogia UFMS/Campos Aquidauana/MS, sua matriz curricular é composta por uma disciplina intitulada Educação Escolar Indígena, objetiva-se com esta preparar os estudantes indígenas e não indígenas para dar aulas em escolas indígenas. Em outros cursos de licenciaturas no campus, há um componente curricular denominado de Educação Diferenciada, onde os estudantes, tem em sua matriz curricular um componente curricular denominado, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Especial.

Nos documentos pesquisados⁹ no campus, em 2017, encontramos registro de que 415 indígenas foram contemplados com algum tipo de bolsa, estas bolsas foram distribuídas entre

⁹ Excerto do Diário de Campo (2019).

todos os cursos da universidade. Os cursos contemplados com bolsas são: Pedagogia, Língua Portuguesa, Espanhol e Inglês, Turismo, Administração, História, Geografia bacharel, Geografia licenciatura e – PROLIND.

A quantidade de acadêmicos aptos a colar grau no dia 24 de abril de 2017 foram 96 acadêmicos, destes tiveram uma formação:

Disciplinas oferecidas

01	Linguagens e Educação intercultural	34 acadêmicos
02	Matemática e Educação Intercultural	23 acadêmicos
03	Ciências Sociais e Educação Intercultural	21 acadêmicos
04	Ciências da Natureza e Educação Intercultural	16 acadêmicos

Por etnia

01	Terena	82
02	Kadiweu	10
03	Kinikinau	03
04	Guató	01
	Total	96

Nos documentos consultados na UFMS/Aquidauana acerca dos motivos de maior desistência ou abandono de cursos na UFMS por indígenas ou seus descendentes, não encontramos dados registrados. Também não localizamos registros das maiores dificuldades enfrentadas pelos indígenas no percurso acadêmico tais como discriminação, preconceito, aspectos econômicos relacionados às dificuldades encontradas por conta de suas diferenças culturais que vivenciam ou vivenciaram no espaço universitário, mas há um forte discurso entre os entrevistados de que os maiores motivos são de ordem financeira e dificuldades socioculturais na medida em que os costumes são diferentes, desde a pragmática linguística



em que não se questiona o outro dificultando a interação em sala de aula até as dificuldades com a língua portuguesa para a leitura e escrita de textos acadêmicos.

Destacamos que a UFMS/Aquidauana possui o Rede de Saberes que apoia os estudantes indígenas e a bolsa permanência do governo federal para a manutenção das despesas de deslocamento e moradia. Com relação à licenciatura indígena, os estudantes têm apoio também da bolsa permanência (6 por ano) e recursos do PROLIND para hospedagem e alimentação nas etapas presenciais do curso na universidade.

2. Sobre o acesso, a permanência e a conclusão de cursos

Neste tópico, objetivamos analisar as falas dos estudantes indígenas que se encontram em um espaço universitário, problematizando se com a inclusão deles nas políticas públicas das universidades, essas ao garantir seu acesso, garantem também permanência e conclusão de cursos.

Como procedimentos metodológicos recorreremos a entrevistas semiestruturadas com estudantes indígenas da IES investigada, sendo que os dois entrevistados são estudantes na universidade. A estudante Jasmim encontra-se no 8º semestre de pedagogia e Otavio cursa o 8º semestre de biologia. A escolha dos sujeitos entrevistados manteve-se delineada a partir dos seguintes critérios: a. Pertencimento étnico. b. Estudante na IES. A delimitação com o recorte étnico, justifica-se considerando que nos propusemos a investigar sobre os estudantes indígenas na IES.

Objetivando manter o anonimato dos entrevistados, estes serão identificados como: Jasmim e Otávio, também indicaremos seu pertencimento étnico, espaço universitário e recorte temporal. Referindo-se aos estudantes participantes desta pesquisa. Exemplificando: referimo-nos: Jasmim, etnia terena, UFMS/Aquidauana, (2019).

As entrevistas foram pautadas com o objetivo de buscar compreender se entre os estudantes indígenas que se encontram no espaço universitário haveria desafios de âmbito econômicos, de enfrentamento de preconceito e de adaptação sociocultural. No roteiro das entrevistas, algumas inquietações pautaram nosso diálogo: 1- Há desafios a se enfrentar em sua permanência na Educação Superior em cursos regulares. 2- Exemplifique: a) Âmbito econômicos: b) De enfrentamento de preconceito: c) Adaptação sociocultural:3- Há

diferenças na linguagem? 4- E sobre os conhecimentos acadêmicos e os tradicionais de seu povo. Como você dialoga com os dois na universidade?

A estudante indígena Terena traz algumas marcas de sua identidade, nas palavras de Jasmim (etnia Terena, UFMS/Aquidauana, 2019):

Eu sou indígena, mulher indígena tenho 29 anos, acadêmica do curso de pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campos de Aquidauana. Ingressei no ano de 2016, através do SISU entrei pela cota indígena sonho realizado, pois quem não sonha em fazer faculdade na universidade pública? Eu tinha esse sonho e consegui realizar, apenas um começo, pois sei que muitas dificuldades enfrentarei para concluir o meu curso. (JASMIM, etnia Terena, UFMS/Aquidauana 2019).

Somam-se os desafios a serem enfrentados pela indígena na universidade investigada de Mato Grosso do Sul, Jasmim (2019) nos relata que:

Como me senti quando entrei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, primeiramente me senti muito feliz, pois começava ali uma nova história em minha vida, mas confesso que no início senti medo, pois como sou indígena não sei como seria recebida na turma, na turma, apesar que na cidade já existem muitos indígenas mesmo assim não me sentia à vontade. Mas como já havia conseguido entrar encarei para realizar o meu sonho e principalmente me formar e retornar para a minha comunidade para contribuir na formação dos meus patrícios. (JASMIM, etnia Terena, UFMS/Aquidauana, 2019).

Otávio, fala sobre os desafios a se enfrentar em sua permanência na educação superior em cursos regulares. Segundo o entrevistado Otávio (etnia Terena, UFMS/Aquidauana, 2019): “Sim, acredito que a universidade da forma que está ainda não é realmente aberta e não suporta 100% o que significa a presença do aluno indígena presente e matriculado ali”.

Pode-se afirmar que há um considerável número indígenas matriculados em cursos regulares e interculturais na universidade investigada, entretanto, observa-se também, que há relatos de estudantes indígenas sobre o preconceito, é forte saber que no século que estamos ainda ter que passar por esta situação, podemos constatar nos relatos abaixo:

Como fui recebida pela turma? Bom eu percebi que fui bem recebida pela turma, só que em alguns momentos me senti excluída, pois quando o professor pedia que se formasse grupos de trabalho, formar dupla eu não era convidada em fazer parte eu me juntava com as que sobrava e com isso foi indo até hoje e assim, eu não vejo como discriminação posso estar enganada, mais não quero acreditar que seja



preconceito, mas sim afinidade, uns tem mais afinidade com as outras e menos comigo, eu vejo assim, mas hoje em dia não ligo tanto porque todos conversam comigo. (JASMIM, etnia Terena, UFMS/Aquidauana, 2019).

Otávio UFMS/Campos-Aquidauana/MS, chama-nos a atenção para o preconceito vigente no espaço universitário, que acaba em muitos casos dificultando permanência no espaço universitário, assim nos descreve:

O preconceito onde estudamos é ainda muito grande, considerando o fato de ser o campus da UFMS que tem mais alunos indígenas. E ele vem de diversas formas: no olhar sarcástico pela nossa aparência física; no deboche com o sotaque ao falar o português (explicado por não ser nossa língua materna); nas agressões verbais e perseguição a nosso pertencimento por causa das políticas de acesso e permanência a qual temos direito; na falta de respeito com nossa organização política, cultural e social, etc. E vale ressaltar que não é provocado só por alunos, muitas vezes professores, técnicos e funcionários também. (Otávio, etnia Terena, UFMS/Aquidauana, 2019).

Sobre os desafios para a sua permanência na educação superior, observamos na fala do entrevistado que está também se traduz de ordem econômica, visto que vivenciam o cotidiano na universidade a necessidade de gasto com transporte, alimentação, material pedagógico, entre outros. O acadêmico (2019) nos relata,

Nós indígenas, residentes em nossas comunidades tradicionais, enfrentamos diversas dificuldades para estarmos presentes na sala de aula. Nossa dificuldade já começa no transporte, que em muitas ocasiões precisa sair do nosso bolso, quando não nos é ofertado um ônibus. Muitos acabam tendo que se mudar para a cidade, como eu, tendo gastos para se manter. Com as rotinas de quase 8 horas fora de casa, no percurso aldeia x faculdade, precisamos gastar com alimentação. Entre outras dificuldades enfrentadas também pelos acadêmicos não indígenas. (Otávio, UFMS/Aquidauana, etnia Terena, 2019).

Os dizeres dos estudantes indígenas na universidade analisadas são contundentes ao observar grandes desafios que enfrentam em sua permanência na Educação Superior. As falas foram unânimes em citar algumas dificuldades enfrentadas. De acordo com Jasmim (2019):

As dificuldades que encontrei, uma das dificuldades que encontrei, foi locomoção, pois continuo residindo na aldeia e todos os dias viajo 70 km na ida e mais 70 km, na volta, não é fácil pois a situação da nossa estrada é precária, mas para realizar o sonho enfrentei e enfrentarei, porque tudo nessa vida para se alcançar algo é preciso se sacrificar e isso que faço, cada dia me esforço para dar orgulho a minha



comunidade e a minha família e a etnia Terena. Agradeço a Deus por me conceder essa oportunidade (JASMIM, etnia Terena, 2019).

Percebemos na fala dos estudantes que há muitas dificuldades a serem enfrentadas no espaço universitário, sustenta tal afirmação quanto lhes perguntamos sobre se haviam desafios a se enfrentar em sua permanência na Educação Superior em cursos regulares? Sobre este enfoque, Otavio (2019) nos informou:

Acredito que essa seja a mais dificultosa para mim. Quando você vem de uma comunidade com um sistema tradicional, o “baque” é intenso. Estudei minha vida toda em escolas do perímetro com intensa participação e vivência indígena, meu ensino médio foi todo na escola indígena da aldeia Lagoinha, o ensino na região tem se fortalecido ultimamente, devido à recente alavancada na formação de professores indígenas. Mas na minha época, era comum não termos aula por defeitos no ônibus que trazia os professores do município para a aldeia; muitos desses professores que não acreditavam no potencial do aluno indígena e nos passava o superficial, o básico. Quando um residente da região falecia é de nossa cultura paralisar tudo para sentir a dor com a família, na universidade não respeitam essa nossa cultura, ainda saímos com fama de “vagabundos”, “preguiçosos” etc. Nossas datas culturais na aldeia não são respeitadas na universidade por muitos professores. Nossa sabedoria não é valorizada. E é um choque muito grande nascer e crescer com a rica sabedoria da natureza e dos mais velhos, mas chegar aqui e isso não valer de nada para essa sociedade. (Otavio, etnia Terena, UFMS/Aquidauana, 2019).

Além do desafio de ordem econômica, Otavio (2019), reafirma que está se traduz também da não compreensão epistêmica das diferenças de seus saberes e fazeres culturais, de sua cosmovisão, ou seja, segundo a fala do entrevistado, não há na IES uma política quanto ao diálogo intercultural, conforme podemos perceber quando este nos diz sobre a adaptação sociocultural e as diferenças na linguagem? Otavio UFMS/Aquidauana (2019) nos relata:

Para mim, como fui criado pela minha mãe não indígena, desde criança o português foi minha primeira língua, então, não tive muita dificuldade com essa questão na universidade. Mas é nítido, até pelo racismo vindo de colegas, as diferenças na língua e forma de se expressar indígena. (Otavio, etnia Terena, 2019).

Na fala do entrevistado Otavio (UFMS/Aquidauana, 2019), é possível perceber que as IES seguem construindo e reproduzindo um currículo colonizador e etnocêntrico, a negação dos saberes tradicionais indígenas ocorre através do silenciamento e da não inclusão, ou



diálogo com saberes tradicionais, segue assim na universidade investigada o padrão hegemônico ocidental.

Observamos a não existência de diálogo ao perguntar aos estudantes como você dialoga com os dois na universidade? Ao dialogar sobre se há inclusão dos saberes indígenas o estudante Otavio (2019), relata que:

Acho que a pergunta verdadeira é: por que a universidade despreza o conhecimento tradicional indígena? Com 4 anos já na instituição, noto meu avanço na área acadêmica e científica, acredito que tenho me tornado um excelente profissional. Mas sinto falta do conhecimento tradicional da minha etnia, dos meus avós/tios. Gostaria de poder trazer mais do meu povo para a instituição e mostrar o conhecimento produzido lá. Mas em mim, as duas formas de conhecimento se integram para buscar o avanço do meu povo. (Otavio, etnia Terena, UFMS/Aquidauana, 2019).

A presença dos estudantes indígenas nos espaços acadêmicos precisa ser repensada, as políticas curriculares vigentes, o diálogo intercultural, a inclusão dos saberes indígenas nas ementas curriculares também precisam ser inclusos nas propostas políticas pedagógicas das IES, visto que,

Os jovens indígenas que buscam as IES podem ser fenotipicamente muito parecidos com os habitantes regionais com que convivem e serem até mesmo invisíveis enquanto integrantes de coletividades etnicamente diferenciadas (LIMA e HOFFMANN, 2007, p.21). Mas seguem com seus sistemas de valores e de pensamento, suas visões de mundo nas quais os direitos e saberes coletivos constituem-se em um diferencial importante. Seguem, portanto, também, como portadores de identidades diferenciadas dos outros estudantes regionais, pobres, negros ou brancos (BRAND, CALDERONI, 2012, p. 90).

Com as falas dos estudantes entrevistados, podemos afirmar que a inclusão dos estudantes indígenas na universidade investigada vai além dos espaços escolares e demanda uma mudança no entendimento sociocultural da sociedade e uma revisão dos processos coloniais vividos.

Também observamos nos discursos dos entrevistados o quanto a comunidade indígena tem estado firme na luta por seus direitos, resistindo e buscando para ultrapassar os obstáculos encontrados na sua busca por apropriar-se do saber ocidental. O que nos aponta a pensar sobre a intencionalidade dos povos indígenas em se apropriar dos saberes ocidentais como mecanismo de luta e resistência.

Considerações finais

O propósito da investigação realizada centrou-se no estudo dos modos de acesso, de permanência e da conclusão de cursos na universidade, objetivamos compreender o que dizem os estudantes indígenas Terena sobre sua vivência no espaço universitário no sentido de entender se há nas IES uma política de diálogo intercultural, se o processo de inclusão dos saberes indígenas pauta o cotidiano dessas IES.

Entendemos que as universidades ao receberem, ao incluírem os estudantes indígenas precisam pautar suas políticas educacionais em busca de um diálogo com as epistemologias indígenas. Os estudantes indígenas buscam dialogar com a sociedade ocidental, mas buscam também reafirmar seus costumes e tradições, mas em alguns casos acabam modificando sua cosmovisão devido os atravessamentos culturais ocidentais.

Pudemos perceber que as buscas pela universidade é uma tentativa de se conviver melhor com este entorno regional, como afirma Otavio/ UFMS/Aquidauana (2019), “[...] as duas formas de conhecimento se integram para buscar o avanço do meu povo”.

Se hoje há nas universidades projetos, programas para aos povos indígenas no país, deve-se ao tensionamento dos movimentos indígenas e indigenistas, esta vem no bojo, na possibilidade de diálogo com a sociedade envolvente, na luta pela garantia de seus direitos constitucionais. Embora a permanência seja um grande desafio a se enfrentar, como bem diz Otavio (2019), “O preconceito onde estudamos é ainda muito grande, considerando o fato de ser o campus da UFMS que tem mais alunos indígenas”, nos faz refletir que o preconceito precisa ser repensado.

As universidades ao receberem os estudantes indígenas devem buscar investigar as necessidades destes estudantes, no sentido de apresentar uma política que de fato inclua os povos indígenas e suas diferenças.

As falas dos entrevistados nos permitem afirmar que se trata de uma luta da comunidade indígena por seus direitos a inclusão, não no sentido subalterno, mas na busca por respeito a alteridade dos indígenas. Com as entrevistas pudemos perceber que embora sofram preconceito neste espaço, os estudantes indígenas reafirmam sua identidade e buscam



ultrapassar os obstáculos encontrados pela não compreensão de suas diferenças culturais no espaço investigado. Cabe por parte dos trabalhadores das IES, isto incluem professores e administrativos entender melhor as diferenças culturais e educacionais desses estudantes.

Os saberes indígenas devem ser pautado nos currículos das IES de forma contextualizado, de forma que conduza a um diálogo intercultural, para que a inclusão, a partir de metodologias e estratégias diferentes possam possibilitar a aprendizagem dos estudantes indígenas, visando formação e da preparação do Terena para um diálogo intercultural e uma convivência cidadã com a sociedade envolvente.



Referências Bibliográficas

BRAND, Antônio, Jacó; CALDERONI, Valéria, A.M.O. **Povos indígenas e formação acadêmica: ambivalências e desafios.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 85-97, Jan/abr. 2012. ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org. Acessado em: 08/05/2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

MEC, **Documento Final, I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**, 2009.

NASCIMENTO, Adir C. **Os povos indígenas nas instituições de educação superior e os desafios os da sustentabilidade e da autonomia.** In. GALVÃO, A. C. T.; SANTOS, G. L. (Orgs.). Educação: tendências e desafio os de um campo em movimento. Brasília, DF: Líber Livro Editora/ANPED, 2008. v. 2.

OLIVEIRA, Terezinha, Silva. Olhares que fazem a diferença: o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. **Revista Brasileira de Educação.** Jan/Fev/Mar/Abr 2003 Nº 22.

RCNE/Indígena. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** - Brasília: MEC/SEF, 1998. Educação escolar indígena.

WALSH, Catherine. **Interculturalizar, Descolonizar, Democratizar: uma educação “outra”?** In. CANDAU, Vera Maria (Org.). Rio de Janeiro, 7 letras, 2016.

Dossiê



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 01 de outubro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 27 de novembro de 2020.